revolucionária" e que por igual desconhece os processos técnicos usados pelo P.C. para submeter um povo ao jugo soviético.

Indagamos, então, que se o Sr. João Goulart desejasse interessar-se dos riscos que correm as instituições democráticas e o seu próprio mandato, em face da marcha ascendente da "guerra revolucionária", poderia solicitar do Ministro da Guerra que reunisse o Alto Comando do Exército, na sua [illegible], para o exame sigiloso desta matéria.

Ao levantarmos hoje essa nossa suposição, pretendemos revelar ao Senhor João Goulart e à Nação que a [illegible] — de que existe uma "guerra revolucionária" em curso — [illegible] seria que aceitamos que ela seja [illegible] pelos chefes militares que têm as mais [illegible] responsabilidades na manutenção da ordem e da lei e que são os generais que integram o Alto Comando do Exército.

Que o Presidente João Goulart pergunte a êsses ilustres soldados o que é a "guerra revolucionária"; como surgiu; qual o seu mecanismo; qual a ideologia básica adotada pelo P.C. no Brasil; como se faz a mobilização popular; como ela se desenvolve; como se opera a "massificação" da sociedade; qual o papel da ação psicológica empregada pelos comunistas para a destruição das estruturas sociais, econômicas e jurídicas de um país; sôbre o sistema de hierarquias paralelas e sua significação; qual o momento da obtenção do armamento e todos os demais aspectos dessa nova e diabólica modalidade de conquista de um país para submetê-lo ao jugo soviético.

Ouvindo o Alto Comando do Exército sôbre a "guerra revolucionária" o Sr. João Goulart perceberá, desde logo, o risco imenso que o Brasil está correndo de ser cubanizado.

Caso, entretanto, a complexidade da matéria não lhe permita ter visão clara do perigo que reputamos iminente, que solicite ao Alto Comando parecer técnico, imediato e objetivo, a respeito do processo da "guerra revolucionária" no Brasil, fase em que se encontra e dos meios que devem ser adotados pelo Govêrno para enfrentá-la.

A nossa denúncia teve dois objetivos: apontar a não para o perigo que a ameaça e advertir o Presidente para que pudesse fazer cessar a participação que — conscientemente ou inconscientemente — vem tendo na "guerra revolucionária".

Alcançamos o primeiro propósito e [illegible] que agora declamos sinceramente que o Presidente João Goulart se compenetre de que seu dever constitucional e sua honra exigem a cessação de sua colaboração à "guerra revolucionária" que os comunistas empreendem para implantar no Brasil uma ditadura desumana, de estilo soviético".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. ANTÔNIO DE ALMEIDA:

(*Para uma comunicação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, evidentemente, a nossa função nesta Casa não é apenas a de legislar. Temos obrigação moral de trazer ao conhecimento não só dos Srs. Deputados, como de tôda a Nação, as reivindicações mais legítimas as reclamos das populações que aqui representamos.

Ainda recentemente percorri a minha zona eleitoral, em Santa Catarina, mais precisamente o oeste catarinense e fiquei surpreso com medida de ordem governamental que atingiu diretamente os contribuintes do Município de Campos Novos. Campos Novos, em Santa Catarina, situado no centro, na zona da serra, é importante município com agricultura e pecuária acentuadamente desenvolvida e com parque industrial considerável. Pois bem, êsse Município teve sua coletoria, que arrecada cêrca de cem milhões de cruzeiros anuais, injustificavelmente fechada recentemente e forçados os contribuintes a recolherem suas contribuições à Coletoria do Município de Joaçaba, distante daquela cerca de 100 quilômetros.

Sr. Presidente, em contato com a população do Município de Campos Novos, comprometi-me a trazer um protesto através da tribuna da Câmara dos Deputados, pelo fechamento daquela coletoria federal, que trouxe inúmeras dificuldades de ordem a menta aos contribuintes do referido município. E, com êste protesto, quero formular desde já veemente apêlo ao Sr. Ministro da Fazenda para que, tão cioso e preocupado na preocupação dêste País, volte sua atenção estremecida para o Município de Campos Novos, a fim de que se reabra imediatamente ali a Coletoria federal, fechada, repito, injustificadamente, pela Delegacia Fiscal de Santa Catarina.

Era êste, Sr. Presidente, o meu protesto, e ao mesmo tempo, a minha solicitação ao Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. ABEL RAFAEL:

(*Para uma comunicação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, há dias, ouvimos a fala do Sr. Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Tivemos a impressão de ser êle um advogado subdesenvolvido a defender uma tese má. Um advogado primário a defender o Sr. Presidente da República, e a não falar coisa nenhuma. Sem argumentos, parecia antes um político em vésperas de eleição do que um homem que estivesse falando em nome do Presidente da República. Estamos acostumados a ouvir falar outros Ministros em nome do Presidente da República. Geralmente quem fala é o Ministro da Justiça. Mas o nosso colega Abelardo Jurema está sem conceito, não sòmente entre seus colegas mas também perante o Presidente da República, porque já não falo em nome do Presidente da República, quando êste precisa de um porta-voz. É preciso mandar um funcionário subalterno do Palácio do Planalto um oficial de Gabinete, porque o Chefe do Gabinete Civil, não pôde disso, para fazer sua defesa. E o faz em têrmos de política eleitoral, a falar no que vai fazer. Não apresentou uma estatística, não apresentou um fato concreto. Uma defesa, Sr. Presidente, que deveria envergonhar seus próprios correligionários. Parecia um político sem tribuna, na televisão, a falar, a falar muito, a usar apenas palavras bonitas, embora nem sempre acertasse com elas — porque privilégio sempre foi *privilégio* e nunca pôde ser *privilégio*. Isto é coisa que envergonha até os fornos de cultura de uma Nação.

Mostrou-se preocupado com o "clube dos privilegiados". Sr. Presidente, só mesmo havendo um "clube dos privilegiados", porque dos privilegiados não existe. O que existe, numa democracia, são homens que lutam e conseguem suas posições, como quase a maioria dos Srs. Deputados nesta Casa, homens que lutaram para conquistar suas posições políticas. Não somos privilegiados. Privilegiados são aqueles que estão no Palácio do Planalto e podem fazer nomeações de fescuteiros, de procuradores. Nomearam até os cabeleireiros da senhora do Presidente da República como fescuteiros dêste nobre e infeliz República. Êsses é que são os privilegiados. Como não temos cabeleireiros nem fescuteiros para nomear, não somos os tais privilegiados.

Mas, Sr. Presidente, competia ao Sr. Chefe da Casa Civil alinhar estatísticas, demonstrar o que o Presidente fêz para poder dizer que seus adversários não têm razão. No entanto, vem e diz: "O Presidente compreende, sim, porque está fazendo isto e está fazendo aquilo". Trouxe uma plataforma de política. Quando falou na energia elétrica de Sete Quedas, disse ser obra para 10 ou 20 anos. E isto apenas numa entrevista com o Presidente Strossner, de que nem o Ministério das Relações Exteriores teve conhecimento, uma entrevista clandestina pròpriamente. Depois, vem o Sr. Darcy Ribeiro à Televisão e torna pública a entrevista que não teve nem sequer uma ata oficial para assinar um entendimento de dois Chefes de Govêrno.

Tenho ouvido aqui, muitas vêzes elementos do PTB compararem o Presidente Strossner como um ditador. Entretanto, um homem que dizia o Brasil não deveria manter relações, porque existem campos de concentração em seu país. No entanto, o Presidente da República se reuniu clandestinamente, com êle em sua fazenda.

Quanto àquela referência aos 25 bilhões do IBAD parece que o Sr. Darcy Ribeiro também tem falta de memória, porque o inquérito que esta Casa fêz deu 1 bilhão e êle fala em 25 bilhões. Mas falou tanto em bilhões que se esqueceu dos bilhões da Petrobrás. Se ia fazer a defesa do Presidente da República, principalmente em face da coluna em tôrno da Petrobrás, por que não falou nada sôbre o dinheiro desviado daquela entidade, que vai a um trilhão de cruzeiros? Não falou num tostaozinho sequer sôbre aquêle assunto. Que defesa foi essa que o Sr. Darcy Ribeiro queria fazer? Depois, como se fôsse uma obra grandiosa do Presidente da República, falou na lei de remessa de lucros. Esta foi uma lei de iniciativa de um Deputado, foi discutida e mastigada nesta Casa, e depois pisoteada no Palácio do Planalto durante 15 meses. Se era tão importante assim para a economia brasileira, como disse o Sr. Darcy Ribeiro, por que o Senhor Presidente da República, para regulamentá-la levou cêrca de 15 meses? Então, não era tão importante assim. Se era importante, por que demorou? E, se agora regulamentou, por que quer puxar para si, para a Presidência da República tôdas as glórias dessa lei que não é um decreto dêle, mas uma lei desta Casa? Se lá alguma merecimento, é só e é desta Casa, e não do Presidente da República.

Sr. Presidente, verdadeiramente a defesa que o Sr. Darcy Ribeiro fêz do Presidente da República é uma defesa inepta. Não falou uma única vez na corrupção, não falou uma única vez nas nomeações que estão enchendo o *Diário Oficial* todos os dias. A proibição de nomeações só vale para os adversários políticos. Não se abrem concursos; só são nomeados os afilhados.

Sr. Presidente, é triste tenhamos um Chefe da Casa Civil tão subdesenvolvido. Numa época em que só se fala em desenvolvimento, numa época em que só se fala em reforma, por que o Senhor Presidente da República não começa reformando o Senhor Chefe da Casa Civil, que, na sua preocupação de comunista confesso vai à televisão com hora paga pela Nação, para jogar uns contra os outros? Não para construir, não para defender o Presidente da República, mas para intrigar o Parlamento com o povo, para intrigar os que subiram os que conseguiram alguma coisa, os que conseguiram posições, para intrigá-los com o povo? E isso num atiçamento da luta de classes, técnica comunista perfeita que está bem de acôrdo com o Sr. Darcy Ribeiro, que nunca deixou de se confessar comunista e que pratica isso numa hora em que nós, contribuintes, paramos a televisão.

Sr. Presidente, uma defesa subdesenvolvida dessa ordem está de acôrdo com um govêrno tão subdesenvolvido como o que temos hoje. (*Muito bem*).

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN:

(*Para uma comunicação*) Sr. Presidente, Srs. Deputados, já tive oportunidade de fazer o registro, nesta Tribuna, da comuna de Cachoeira do Sul, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, conhecido, com muito acêrto, a "Capital do Arroz". Os deputados dêste município poderiam produzir muito mais, se naquela comuna e em todas as áreas do Rio Grande do Sul destinadas ao plantio daquele cereal tivesse sido feita, no tempo oportuno, a reforma agrária. Em Cachoeira do Sul ocorre o que se passa em muitos dos municípios do meu Estado: o plantador de arroz continua miserável e escorchado pelos "tubarões" da terra, pelos latifundiários. Mas, mesmo assim, Cachoeira do Sul continua sendo a "Capital do Arroz" do meu Estado. E não é apenas neste particular que êste município se destaca. Comuna altamente industrializada, conta também com excelente zona rural, com o plantio de cereais em geral, plantio de fumo, de batatinha, de milho, de soja, e nossa ainda pecuária bem desenvolvida.

Mas o que muito destaca Cachoeira do Sul no seio da comuna rio-grandense são os seus estabelecimentos de ensino, todos êles desfrutando conceito dentro daquele município e fora dêle. Cachoeira do Sul, sedimentada sôbre o esfôrço daquela gente trabalhadora, daquela gente que realiza e produz, continua se engrandecendo dentro do Estado. Atendendo à evolução que se processa, pelo seu desenvolvimento em todos os setores da atividade humana, o Sr. Prefeito daquele município e a mocidade estudiosa, os elementos de proa daquela comuna realizam um movimento no sentido de que Cachoeira do Sul passe a ter também uma Faculdade de Economia.

Os estudos já foram iniciados. Estêve lá, por parte do Ministério da Educação, o Professor Manoel Orlando Ferreira, que fêz os levantamentos em tôrno das possibilidades de Cachoeira do Sul.

A imprensa de Cachoeira do Sul, através de o "Jornal do Povo", através de sua prestigiosa emissora e com o apoio de tôdas as classes, está levando avante esta campanha.

Hoje, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para me solidarizar com a mocidade estudiosa de Cachoeira do Sul, para me solidarizar com a administração, com o Senhor Prefeito, com a Câmara de Vereadores, representada por todos os partidos políticos, para solidarizar-me integralmente com o povo de Cachoeira do Sul. E, desta tribuna, quero fazer veemente apêlo ao meu eminente amigo, Professor Júlio Sambaqui, ilustre Ministro da Educação, êsse homem que tanto se tem destacado pela sua extraordinária capacidade realizadora, no sentido de que volva seus olhos para Cachoeira do Sul, e crie o quanto antes a Faculdade de Economia naquela cidade.

Sou daqueles que lutam em favor da interiorização do ensino superior. Quantos intelectuais, quantos homens de extraordinária capacidade se perdem no Brasil por falta de estabelecimentos de ensino. Até hoje, via de regra, o ensino superior tem sido privilégio daqueles que vivem no asfalto, e sabemos que 65% da população brasileira reside no interior da nossa Pátria.

Desta tribuna estarei sempre ao lado daqueles Deputados que pugnarem pela interiorização do ensino superior na nossa Pátria, no sentido de conquistarem o ensino não apenas daqueles que vivem no asfalto, mas a todos que vivem dentro do Círculeiro do Sul. Se multiplicarmos os homens que sabem pensar e sentir, possibilitaremos à nossa Pátria abrir novos rumos e trilhar novos horizontes, para que possa, superando a tremenda crise dos dias que correm, atingir o ponto alcançando do seu grande destino. (*Muito bem*).